

Contexto político anterior á Batalha do Ameixial:

Nos sessenta anos que decorreram de 1580 a 1640, o governo dos Filipes foi progressivamente sendo considerado como um período de reis estranhos. Este sentimento acentuou-se a partir de 1621 com o reinado de Filipe III, face ao aumento verificado nos impostos e ao recrutamento de militares portugueses para servirem com o exército espanhol, nomeadamente na guerra da Catalunha. A população portuguesa tinha também, e com fundamento, a percepção de que o referido aumento de impostos não se destinava a melhorar as condições de vida em Portugal, mas sim a financiar projectos espanhóis, nomeadamente as campanhas militares na Europa e a sua expansão ultramarina.

Pelos motivos atrás referidos, a Casa de Bragança foi-se progressivamente tornando o símbolo de uma autonomia política e do restabelecimento da liberdade do povo português. Com efeito e com o passar dos anos, ficou na maioria esmagadora do povo português a ideia clara de que Portugal era essencialmente visto como uma área de angariação de impostos para os objectivos políticos e militares de Espanha, e em que os interesses e necessidades nacionais apenas eram atendidas quando coincidiam ou estavam de harmonia com os objectivos estratégicos espanhóis, como foi o caso com a reconquista da Baía em 1625.

Atestando este distanciamento de Espanha, está o facto dos monarcas espanhóis, apenas terem visitado Portugal por duas vezes: Filipe II entre 1581 e 1583, e Filipe III em 1619. Durante este período de 60 anos o povo português foi progressivamente constatando o alheamento de Espanha, relativamente a diversos assuntos importantes da vida nacional, como a administração pública, a promoção do comércio marítimo, a produção agrícola, ou a defesa eficaz do Ultramar Português. Pelo contrário, a coroa espanhola mantinha-se indiferente ao alastrar em Portugal da fome e pobreza, mostrando contudo uma preocupação permanente na angariação de impostos e de homens, com vista às suas guerras com França, com Inglaterra e nos Países Baixos.

Em face desta situação, o descontentamento em Portugal foi alastrando. Tendo a nobreza mais importante e de maior destaque sido o motor da Restauração. Esta eclodiu em 1 de Dezembro de 1640, tendo de imediato aderido a esta acção outros e variados estratos sociais, do alto clero às gentes mais humildes. Esta adesão colectiva do povo português explica os sacrifícios humanos e materiais demonstrados nos anos seguintes na resistência militar, ao longo das fronteiras e no território ultramarino. Este período de 28 anos, que decorreram de 1640 ao tratado de paz com Espanha, celebrado em 13 de Fevereiro de 1668, constitui assim uma epopeia notável, que no decurso dos séculos e com o ensinamento da história recente, cada vez mais se eleva no conjunto do passado nacional.

Proclamado o Duque de Bragança como D. João IV, logo se escolheram os governadores do Reino, que procuraram assegurar a sua administração e a obtenção de dinheiro e armas para a sua defesa. Ainda no dia 1 de Dezembro começaram os governadores a escrever a muitas câmaras e outras instituições a solicitar que se apelidasse o Duque de Bragança como Rei de Portugal. Estas comunicações espalharam-se rapidamente pelo Reino, de tal forma que no final do ano de 1640 não havia vila ou cidade que não houvesse aderido á Restauração.

D. João IV chega a Lisboa a 6 de Dezembro entregando-se ao governo da nação, nomeando os primeiros embaixadores, promulgando legislação urgente e resolvendo problemas de ordem militar. Procurou assegurar a continuação do comércio marítimo, incluindo o efectuado por mercadores estrangeiros, e procurou criar as condições tendentes ao regresso de portugueses que estivessem no estrangeiro, nomeadamente em Espanha. Nomeou nobres de sua confiança para a defesa militar de pontos estratégicos da fronteira do Reino, do Minho ao Algarve. Dentro destas medidas, nomeou para a defesa de Elvas o Conde de Vimioso.

Sendo o problema militar o principal, por estar em causa a sobrevivência do Reino, constituiu em 11 de Dezembro o Conselho de Guerra, formado por 10 homens com experiência militar. A situação era desfavorável, pois os cofres públicos estavam vazios. O momento exigia contudo acção, pelo que apenas com os meios disponíveis, este Conselho passou a ocupar-se de questões como a nomeação de oficiais, projectos de guerra, alistamento de tropas, arranjo de fortificações e de outras matérias relacionadas com a organização militar do Reino.

A aclamação de D. João IV verificou-se em 15 de Dezembro, no Terreiro do Paço em Lisboa. Seguidamente o novo monarca convocou as Cortes, que se iniciaram em Lisboa em 28 de Janeiro de 1641, com a participação do clero, da nobreza e do povo. Com estas Cortes permitiu-se o recrutamento de 20,000 infantes e 4,000 cavaleiros, que implicava um encargo global de 1,800,000 cruzados.

No ano seguinte convocaram-se novas Cortes, novamente em Lisboa, tendo D. João IV solicitado um acréscimo total de 600,000 cruzados, de forma a fazer face às despesas de guerra contra a Espanha.

Apesar desta evolução dos acontecimentos favorável à Restauração, parte da nobreza e alguns prelados mostravam-se-lhe hostis. A Duquesa de Mântua recolhera-se em Xabregas, onde recebia os descontentes, que iam preparando uma contra-revolução que tinha em Madrid o centro de operações. Alguns nobres e prelados que viviam em Espanha não aceitaram a oferta de regresso e de perdão efectuado por D. João IV, por inveja e oposição à Casa de Bragança e acreditando que a resistência da Restauração seria inútil logo que o exército de Filipe IV se decidisse a entrar em Portugal. Desenvolveu-se assim a conspiração de 1641, que tinha por fim o assassinato de D. João IV. Contudo um dos aliciados denunciou a conjura, tendo a grande parte dos implicados que estavam em Portugal sido presos e, por ordem do novo monarca, sido executados no Rossio a 29 de Agosto de 1641. Tal sentença teve também o objectivo de servir de exemplo, demonstrando claramente quem tinha passado a deter o poder em Portugal.

Os confrontos militares começaram em 1641, com escaramuças no Alto Minho, Beira Alta e sobretudo no sotavento Algarvio e no Alentejo. Foi contudo em 26 de Maio de 1644 que se verificou a primeira batalha, a Batalha do Montijo. Travada em Espanha, perto da Badajoz, 7,000 portugueses conseguiram derrotar 8,500 espanhóis, transformando um confronto que inicialmente se revelava desfavorável, numa retumbante vitória.

Em Janeiro de 1645 iniciaram-se novas Cortes de Lisboa, que serviram em primeiro lugar para angariar um novo imposto de 2,150,000 cruzados, destinados a financiar o esforço de guerra, nomeadamente para o pagamento do soldo a cavaleiros e infantas. Foi também criado um tribunal da Junta dos Três Estados para gerir os dinheiros públicos.

Em 1645 deram-se combates junto a Olivença, tendo esta cidade sido cercada sem sucesso por um exército espanhol de 12,000 efectivos, sob o comando de Marquês de Leganez. Em 1646 continuaram as escaramuças, tendo as forças portuguesas sofrido pequenas derrotas em Vila Viçosa e Terena. O exército português deparava-se contudo com carências financeiras, que foram em parte compensadas por várias comarcas, assim como por nobres e religiosos.

Neste período de grande incerteza e aflição em relação ao futuro, em face da mais que provável invasão do exército espanhol, D. João IV, numa cerimónia realizada em 1646 na Igreja de Vila Viçosa, consagra o povo português à Imaculada Conceição e proclama Nossa Senhora como rainha e padroeira de Portugal. Não mais os reis de Portugal voltariam a colocar a coroa real na cabeça, pois a partir de então esse direito foi conferido à imagem de Nossa Senhora.

Felizmente o período da Restauração coincidiu para a Espanha com a Guerra dos Trinta Anos, a cuja paz a nação vizinha aspirava com o fim de lançar o seu peso militar sobre Portugal. Por esse motivo os anos que decorreram até 1656 saldaram-se apenas por pequenos confrontos fronteiriços e saques a povoados inimigos. Estes anos foram assim salvadores para o nosso País, permitindo que a coroa portuguesa se preparasse financeira e militarmente para os confrontos que se adivinhavam. Foi assim possível recrutar infantas e proteger as fronteiras, fortificar castelos e vilas, obtendo armas e munições para o exército, enquanto se construíam navios para a protecção da costa.

Simultaneamente o País teve em D. João IV um monarca à altura deste período difícil da sua História, pois soube dar adequadamente ordens e instruções para os seus exércitos, avaliar correctamente as situações militares e preparar convenientemente a obtenção de homens, víveres e material de guerra. Não deixou também de acorrer às fronteiras do Reino, em horas difíceis, encorajando os soldados e as populações.

Iniciaram-se entretanto novas Cortes em Lisboa em Outubro de 1653, que aprovaram contribuições adicionais para o esforço de guerra, por parte dos três estados. Este esforço financeiro e militar esteve na base das vitórias alcançadas dez anos mais tarde. As Cortes serviram ainda para o juramento do príncipe D. Afonso como novo herdeiro do trono.

Foi posteriormente assegurada a produção, dentro do reino, de salitre e de estanho, indispensáveis respectivamente para a confecção de pólvora e para a fundição de artilharia.

D. João IV morre em Novembro de 1656, tendo confiado em testamento a regência do Reino a D. Luísa de Gusmão. Embora espanhola por nascimento, da região da Andaluzia, D. Luísa desde logo abraçou a causa do seu marido, tendo servido eficazmente a Restauração antes e depois da morte de D. João IV, procurando assegurar a independência de Portugal e a pervivência da Dinastia.

Em 15 de Novembro de 1656 fez-se o juramento do novo rei, D. Afonso VI, então com apenas 13 anos. A situação era delicada, pois aliada à idade do novo rei, anunciava-se o recomeço da ofensiva espanhola, o que poderia comprometer o esforço de 16 anos de luta da Restauração. D. Luísa soube contudo ter o bom senso necessário, nomeando a chamada “Junta Nocturna” para tratar dos negócios públicos, que agrupava nobres, prelados e seus secretários. Este sistema mostrou-se útil e funcionou durante o período da regência, ou seja, de 1656 a 1662.

Com a morte de D. João IV, com a recuperação da Catalunha em 1652 e com a amenização militar noutras frentes, nomeadamente com o fim da “Guerra dos Trinta Anos” em 1648, Madrid resolveu concentrar as suas forças na recuperação de Portugal. Foram assim cercadas e tomadas em 1657 Olivença e Mourão. De referir contudo que a queda de Olivença se ficou a dever mais à falta de vontade do seu comandante em a defender, do que propriamente ao ataque espanhol.

Esta ofensiva militar espanhola não teve contudo continuidade, uma vez que a impossibilidade de Espanha em obter um acordo de paz com a França e com a Inglaterra, obrigou Felipe IV a defender a Flandres e a deixar novamente a recuperação de Portugal para segundo plano. Portugal pôde também contar com o apoio de Inglaterra e França no seu conflito com a Espanha, uma vez que estes dois Países viam em Portugal um motivo para a Espanha desviar do norte da Europa uma parte do seu exército.

Em Abril de 1658, Portugal replicou à tomada de Olivença com a tentativa de conquista de Badajoz. Esta cidade tinha uma grande importância estratégica, na medida em que constituía uma base importante para os ataques espanhóis a Portugal, ao mesmo tempo que permitiria uma marcha contínua para Madrid, por parte do exército português. O cerco português não se prolongou, porém, face à boa defesa da cidade e à chegada iminente de um exército espanhol de socorro, o que levou os portugueses a retrocederem para Elvas, a partir de 11 de Outubro de 1658.

O exército de socorro espanhol, comandado por D. Luís de Haro, perseguiu então o exército português, tendo atravessado a fronteira na Ribeira do Caia, dando início ao cerco que levaria à Batalha das Linhas de Elvas. Simultaneamente no Minho a situação militar era também perigosa para Portugal, com o cerco de Monção por parte do exército da Galiza, que se iniciara a 7 de Outubro de 1658. Monção iria contudo ficar entregue às suas próprias defesas, pois não havia tropas portuguesas suficientes para acudir a duas frentes.

A praça de Elvas ficou assim cercada a partir de 22 de Outubro de 1658. Em 14 de Janeiro de 1659 o cerco espanhol a Elvas foi contudo quebrado por um exército de socorro português, que obteve uma vitória significativa no que ficou conhecida como a Batalha das Linhas de Elvas.

A guerra ainda não fora contudo ganha, pelo que se tomaram diversas medidas que visavam a defesa do País, como a proibição de venda de armas de fogo por parte de soldados portugueses, e em Janeiro de 1661 tornou-se obrigatório o uso do papel selado para quaisquer petições a dirigir aos ministros e a entidades da administração pública, o que proporcionava receitas imprescindíveis para acudir aos custos da guerra. Proibiu-se

também em Dezembro de 1660 a saída do Reino de quaisquer pessoas sem autorização régia, sendo privadas da cidadania e honras as que violassem esta determinação.

Num acordo preparado por D. Luísa de Gusmão, então ainda regente do Reino, foi assinado em Lisboa a 23 de Junho de 1661, o Tratado Anglo-Luso, que permitiu o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra. Este Tratado visava essencialmente obter o apoio inglês à causa da Restauração, visto que com a Paz dos Pirenéus, a França tinha deixado Portugal à mercê de Espanha.

A regência de D. Luísa de Gusmão manteve-se até 23 de Junho de 1662, data em que D. Afonso VI, então com 19 anos, assume o poder em Portugal. Embora D. Luísa de Gusmão estivesse disponível para se manter na regência mais alguns anos, um grupo de nobres portugueses, seguramente também por interesses pessoais, provocou a posse do novo rei, D. Afonso VI. D. Luísa de Gusmão ficou contudo para sempre reconhecida como tendo reforçado as condições de sobrevivência da Dinastia Nova e de ter defendido eficazmente a defesa e a independência do Reino, entre 1657 e 1662. Morreu em Novembro de 1666.

A eficiência na governação foi contudo mantida, pois em 1662, D. Afonso VI nomeou D. Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, para o cargo de “escrivão da puridade”, embora tivesse então apenas 26 anos. Este cargo abrangia o exercício de actos públicos e particulares, a correspondência diplomática, as nomeações para os cargos de administração no Reino e no Ultramar, e a resolução dos principais problemas do País. O Conde de Castelo Melhor soube corresponder com competência à difícil situação em que o Reino se encontrava, utilizando adequadamente um poder centralizado que a Restauração impunha. Pela visão como organizou o Reino, e o defendeu contra a ameaça castelhana, nesta hora crítica, o Conde de Castelo Melhor jamais poderá ser apagado da História da Restauração.

Os soldados portugueses estavam frequentemente com o pagamento dos soldos em atraso, e no Alentejo, andavam muitas vezes descalços. Graças ao apoio alemão chegara entretanto a Portugal o Conde de Schomberg, um dos maiores generais do tempo e que prestaria um muito bom serviço ao triunfo da Restauração. Veio a desempenhar as funções de mestre-de-campo-general.

Segundo informações então obtidas, e após o fracasso de Elvas, o exército espanhol não queria agora obter praças isoladas, mas sim penetrar fundo no Alentejo e no País para atingir a foz do Sado, cercar Lisboa e render a capital pela fome.

Em meados de 1662, o exército inimigo estava formado na fronteira do Alentejo, rondando a área de Vila Viçosa. Este exército fez incursões sobre Veiros, e saqueou Monforte, Crato e Cabeço de Vide.

Chegaram entretanto a Portugal 2,700 ingleses, 2000 de infantaria e 700 de cavalaria, que foram colocados nas zonas mais permeáveis do Alentejo.

D. Sancho Manuel, que havia comandado a praça de Elvas durante o cerco espanhol em 1658, foi nomeado governador das armas do Alentejo. O comando das forças de cavalaria e artilharia coube respectivamente aos generais Dinis de Melo e Castro, e D. Luís de Meneses, ficando o Conde de Schomberg a dirigir as forças estrangeiras.

Os espanhóis agora libertos das guerras da Catalunha, Países Baixos e resto da Europa, tinham agora os olhos totalmente postos em Portugal. Desta forma, em Abril de 1663 concentra-se o exército espanhol em Badajoz, comandado por D. João de Áustria, filho de Filipe IV, pronto para invadir Portugal. D. João de Áustria era o seu mais prestigiado general espanhol e reconhecidamente um dos melhores comandantes da Europa da sua época, com vasta experiência de comando nas guerras europeias onde se tinha coberto de vitórias e glória.

O exército espanhol era composto por 15,000 infantes, 6,500 cavaleiros, 5,000 carros com munições e mantimentos e 20 peças de artilharia. A infantaria compunha-se de 32 terços, sendo 19 espanhóis, 8 italianos e 5 alemães, cada um dirigido por grandes fidalgos de Espanha. Tratava-se do maior exército que Espanha tinha reunido para invadir Portugal.

O desenrolar da Batalha:

Vivia-se assim um momento decisivo da história de Portugal, na medida em que todo o esforço e todas as anteriores vitórias portuguesas na guerra da restauração poderiam não servir de nada, correndo o País o risco de perder a sua independência. Era a sobrevivência de Portugal que estava em causa.

Foi assim que a 6 de Maio de 1663, D. João de Áustria saiu de Badajoz no comando do referido exército espanhol, rumo à invasão de Portugal que confiava ser bem sucedida. Acampou perto de Elvas, simulando um ataque a Vila Viçosa. Seguiu porém na direcção de Estremoz, onde se verificaram algumas escaramuças com o exército português, comandado por D. Sancho Manuel, Conde de Vila Flor e pelo Conde de Schomberg. O exército invasor seguiu então para Évora, que atingiu sem oposição séria. Évora foi cercada, sendo na altura defendida por 3,000 infantes e 700 cavaleiros. Infelizmente porém, devido a desentendimentos entre os defensores, e por falta de uma liderança á altura das circunstâncias, Évora não soube oferecer a desejada resistência e entregou-se a 22 de Maio. D. Sancho Manuel tentou ainda socorrer a cidade, mas não chegou a tempo. A posse de Évora abria agora o caminho para Lisboa, pelo que o exército espanhol se preparou para prosseguir a ofensiva. D. João de Áustria não perde tempo e envia de imediato uma forte guarda avançada, constituída por 3,000 cavaleiros e 2,000 homens a pé, em direcção a Lisboa. Esta força atingiu Alcácer do Sal.

Com o objectivo de desviar a atenção do exército espanhol, D. Sancho Manuel atacou Olivença, que servia na retaguarda como depósito de abastecimentos. Não conseguiu contudo tomar a cidade.

O Conde de Castelo Melhor, que actuava como um verdadeiro primeiro-ministro, acompanhava sempre de perto o evoluir dos acontecimentos. Assim e perante esta situação, transmitiu a D. Sancho Manuel a necessidade urgente em provocar uma batalha decisiva, para evitar o ataque espanhol a Lisboa. Solicitou o apoio do exército da Beira, que enviou 2,500 infantes e 500 cavaleiros. O exército português dirigiu-se então para Évora, ao encontro do inimigo.

Perante a ofensiva espanhola em direcção a Lisboa, Portugal encontra-se dividido em duas zonas; O Baixo Alentejo e Algarve dum lado, e o resto do País do outro. A situação é muito grave estrategicamente. Lisboa corria grande perigo e com ela toda a sobrevivência do reino. A única estrada livre para os portugueses, se bem que perigosa por estar muito próxima do inimigo (20km), é a de Cacém – Melides -Comporta. No entanto e felizmente para Portugal, a velocidade do avanço espanhol criou-lhe também um grave problema estratégico. Com efeito, com a rapidez do seu avanço, o exército espanhol deixou na sua retaguarda, intacto, o exército português do Alentejo. Paralelamente, D. João de Áustria verificou que enquanto o exército espanhol se encontrava disperso entre Évora e Alcácer do Sal, o exército português recebia reforços do exército das Beiras e de outros pontos do País, encontrando-se possivelmente já em superioridade numérica.

Por estes motivos o comando espanhol reanalisou a situação existente, e concluiu que estrategicamente deixara de ter uma posição favorável. Com efeito, o exército espanhol tinha então a pressão do exército português na sua retaguarda, que lhe podia cortar a retirada para Espanha, a par de estar também exposto a um possível exército português de socorro, vindo de norte. Esta situação poderia vir a colocar as suas forças entre dois fogos. Em face da análise que efectuou, D. João de Áustria opta por recuar.

Como atrás se referiu, o exército português de D. Sancho Manuel havia-se dirigido para as cercanias de Évora, a fim de provocar o combate. O exército espanhol não aceitou contudo o desafio e decide evacuar Évora. Deixa aí uma guarnição de 3,000 infantas (espanhóis, italianos e alemães) e 800 cavaleiros e opta por recuar em direcção à fronteira, para depois atingir Badajoz. A partir de Badajoz e depois de novamente reunido, reorganizado e reforçado, poderia de novo invadir Portugal.

O exército português no entanto, e sempre por instruções do Conde de Castelo Melhor, seguia os espanhóis pressionando-os. D. João de Áustria percebeu que dificilmente conseguiria deixar de dar batalha, pois não lhe agradava ter os portugueses na retaguarda, que poderiam a qualquer momento realizar uma acção de surpresa. Desta forma, o exército espanhol que vinha pela antiga estrada de Évora em direcção a Sousel e a Arronches julgou ver no Ameixial uma posição que lhe seria favorável. Estava a 5 km de Estremoz. D. João de Áustria toma então a decisão de colocar o seu exército em posição de batalha, colocando nomeadamente parte da sua artilharia em três montes aí existentes (Monte dos Ruivinos, Serra Murada e Serra da Granja). O exército português que avançava pela estrada vinda de Estremoz, deparou ao romper do dia com o exército espanhol instalado nestas posições defensivas. A Batalha do Ameixial, iniciou-se assim no início do dia 8 de Junho de 1663, com o ataque português às posições espanholas.

O Conde de Vila Flor destacou Manuel Freire de Andrade com quinhentos homens de cavalaria e dois regimentos de infantaria, um deles inglês, com o objectivo de desalojar os castelhanos do Monte dos Ruivinos, que se encontra junto à estrada, quase em frente da posição onde se encontra actualmente o padrão da Batalha. Este monte foi o escolhido, uma vez que para o exército português que vinha de Estremoz, esta era das três colinas a primeira que se encontrava na sua frente. Este ataque foi conduzido com grande valentia, o que obrigou os espanhóis a abandonarem uma posição que consideravam inexpugnável e a retirarem pelo outro lado da encosta, em direcção à Serra da Granja e à Serra Murada (Outeiro dos Ataques). Relativamente ao Monte dos

Ruivinos, a Serra Murada situa-se mais a Este, e a Serra da Granja situa-se junto á Estrada Nacional, mais a Noroeste. Felizmente os contornos naturais destas três colinas e da paisagem circundante não foram até hoje alterados, existindo portanto as mesmas condições paisagísticas que se verificavam em 1663.

Depois de conquistado o Monte dos Ruivinos, Manuel Freire de Andrade pretendeu perseguir os soldados castelhanos que se dirigiam como se referiu para as colinas mais próximas. Foi contudo proibido de tal fazer por D. Luís de Meneses, com o argumento de que se iria encontrar com forças inimigas muitíssimo superiores, que o derrotariam inevitavelmente. Do alto da colina dos Ruivinos, recém conquistada, D. Luís de Meneses dei-lhe então ordem de parar, com a ameaça de prisão se tal não acatasse. Manuel Freire de Andrade recuou então com o seu destacamento para junto da Serra da Caldeirinha.

Nesse momento o exército português ocupava a Serra dos Ruivinos e a Serra da Caldeirinha. O Conde de Schomberg ordenou então que no alto de cada uma dessas duas colinas fossem colocadas cinco peças de artilharia, para protegerem as nossas forças.

D. João de Áustria reconhecendo as vantagens que advinham para os portugueses da posse do Monte dos Ruivinos, tentou contra-atacar e recuperar esse Monte, utilizando a sua cavalaria. Fê-lo contudo desordenadamente e portanto sem sucesso.

O exército espanhol, composto por cerca de quatro mil carros manchegos, cada um com aproximadamente seis metros, puxados por mulas ou por bois, ocupava um gigantesco cortejo. Este exército avançava a uma velocidade reduzida, pela referida “estrada estreita e profunda” vinda de Évora em direcção a Arronches, numa coluna de carros que se estendia por mais de 3 Km. Nesta coluna, vinham também soldados alemães e italianos que combatiam ao lado de D. João de Áustria. Na vanguarda desta coluna vinham 4.000 prisioneiros portugueses, que D. João de Áustria trouxera de vários pontos por onde passara, nomeadamente de Évora.

Para proteger esta coluna de carros e carruagens que procurava retirar para Arronches, D. João de Áustria mandou colocar a infantaria nos vértices da Serra da Granja e da Serra Murada, bem como quatro peças de artilharia em cada uma dessas colinas. Embora tenha sido colocada alguma cavalaria espanhola junto à Serra da Granja, o grosso da cavalaria espanhola vinha acompanhando e escoltando a referida coluna de carros, que se estendia ainda pela planície do Ameixial, embora a sua vanguarda viesse entrando pelo Vale dos Perdigais, situado a norte da Serra da Granja. Como atrás se referiu, esta coluna de carros espanhóis vinha avançando pela que se chamou a “estrada estreita e profunda”, que vinda da planície do Ameixial e passava pelo Vale dos Perdigais, a norte da Serra da Granja e do Monte dos Tejos. (ver no anexo 9 o mapa da autoria do Prof. Marques Crespo). Esta estrada que passava ao lado do Monte da Vinha, entre o Monte Pelado e o Monte dos Perdigais, subia pela encosta dos Tejos até às Figueiras, era bastante estreita, tendo por isso sido chamada de “estrada estreita e profunda”. Esta estrada desapareceu por volta de 1920, embora ainda subsistam alguns restos de empedramento por aqui e ali.

O grande objectivo de D. João de Áustria era contudo o de assegurar a retirada do seu exército para Arronches, pois entendia que aí o poderia reforçar significativamente.

Alguns historiadores não entendem ainda hoje bem esta quase obsessão, pois não cobardia não podia ser. A obsessão por esta fuga chegou a ser explicada pelo objectivo de evitar que uma dama flamenga de grande beleza que D. João de Áustria trouxera consigo, e por quem nutria grande simpatia, fosse exposta aos perigos de uma batalha. São contudo meras hipóteses, que não terão porventura nunca uma completa confirmação.

Cerca das três da tarde, D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, que estava a dirigir o fogo de artilharia do Monte dos Ruivinos, notou que das oito peças de artilharia castelhana situadas noas Serras da Granja e da Murada, apenas quatro continuavam a disparar. Significava isto que o exército espanhol se ia retirando. D. Luís de Meneses não conseguia avistar a referida “estrada estreita e profunda” que se situava por detrás dessas duas Serras, relativamente ao Monte dos Ruivinos, mas suspeitou cada vez mais que o exército espanhol estivesse por aí procurando fugir para Arronches. Em face desta situação conferenciou com o Conde de Vila Flor e com outros oficiais superiores, defendendo que este era o momento para atacar o exército inimigo, antes que conseguisse fugir para Arronches e para Badajoz. As opiniões dividiram-se, mas após alguma hesitação, a insistência de D. Luís de Meneses acabou por convencer não só o Conde de Schomberg, como Manuel Freire de Andrade, D. Dinis de Melo e Castro, Pedro Jaques de Magalhães, Simão de Vasconcelos e o próprio Conde de Vila Flor.

A meio da tarde iniciou-se então o ataque português á Serra Murada (Outeiro dos Ataques), onde se entrincheirara D. João de Áustria, que considerava estar numa posição inexpugnável. Esta Serra era defendida essencialmente pela infantaria espanhola. No ataque participaram quatro terços de infantaria portuguesa: Tristão da Cunha comandava o terço que atacou a Serra pelo lado direito; Pela frente atacaram dois terços, comandados respectivamente por João Furtado e Francisco da Silva, Pelo lado esquerdo Tomaz Hut, tenente-coronel inglês comandava outro terço, composto essencialmente por ingleses. Como os ingleses foram os que mais próximo ficaram da planície onde estava a cavalaria espanhola, tiveram que fazer-lhe imediatamente frente, formando uma soberba defesa de “piques” dispostos em quadrado, que resistiram eficazmente a vários ataques da cavalaria espanhola. Enquanto os ingleses ofereciam esta resistência, os restantes três terços da infantaria portuguesa iam combatendo e escalando a difícil serra. Os soldados portugueses tinham ordens de D. Luís de Meneses para não dispararem enquanto não atingissem o alto da Serra, pois o tiro dos inimigos sendo disparado do alto da Serra, perderia força e seria pouco certo.

Depois de se verificar que não havia cavalaria espanhola do outro lado da Serra Murada, que pudesse eventualmente vir em auxílio da infantaria espanhola instalada nesta Serra, foi dada ordem para que o ataque e a escalada dos terços portugueses pudesse prosseguir. Os soldados do exército português subiram assim este monte quase que gatinhando e agarrando-se às saliências das rochas.

Os três terços portugueses chegaram ao mesmo tempo ao cimo desta Serra, tendo então todas as suas armas disparado simultâneamente, o que muito surpreendeu e perturbou os castelhanos. Perante isto e apesar da valentia de D. João de Áustria, a infantaria espanhola acabou por abandonar a colina, deixando aí as quatro peças de artilharia. Estas peças de artilharia foram de imediato utilizadas por D. Luís de Meneses, contra as posições espanholas. Perante os apelos de D. João de Áustria para que os soldados espanhóis não abandonassem os postos de combate, a infantaria espanhola em fuga

reagrupou-se durante algum tempo na Serra da Espargueira, contiguidade da Serra Murada. Contudo durou pouco tempo esta resistência em face do continuado ataque dos terços portugueses vindos da Serra Murada. D. João de Áustria montou então a cavalo e retirou-se para Arronches.

As nossas forças tinham contudo ainda de conquistar as posições castelhanas da Serra da Granja, onde se encontrava infantaria e artilharia inimiga, bem como a coluna de carruagens e de cavalaria espanhola que atravessava o Vale dos Perdigais em direcção a Arronches. O Conde da Torre com os terços de infantaria de Lourenço de Sousa Meneses, Sebastião Correia de Lornela, D. Diogo de Faro, Miguel Barbosa de França, Simão de Vasconcelos, Roque da Costa Barata e D. Pedro de Mascarenhas, bem como com cinco esquadrões de cavalaria comandados por Matias da Cunha, efectuou o ataque. Ocorreu então um choque violentíssimo entre os dois exércitos, com provas de coragem extrema de ambos os lados. Os portugueses desenvolveram em todos os seus ataques uma táctica oportuna, muito adequada, tomando posições bem escolhidas, com grande bravura, e debaixo de uma liderança esclarecida, que em muito contribuiu para o seu assinalável êxito. Tendo durado várias horas, este ataque saldou-se mais uma vez pela retirada das forças castelhanas. As forças castelhanas abandonaram novamente as peças de artilharia que se encontravam na Serra da Granja, que foram prontamente redireccionadas contra o exército inimigo.

Foi também notável a resistência que a infantaria e cavalaria portuguesa ofereceram aos sucessivos contra-ataques da cavalaria espanhola.

No Vale dos Perdigais a cavalaria e os restos da infantaria espanhola passaram a estar debaixo de um fogo intenso e continuado da artilharia portuguesa, então já posicionada nas encostas da Serra da Espargueira, da Serra Murada, Tejos e Monte Pelado, tornando praticamente impossível o escoamento da coluna de carros e carruagens espanholas para fora do campo de batalha, pela referida “estrada estreita e profunda”, sobretudo no apertado desfiladeiro entre o Montinho e o Monte Pelado, em direcção a Arronches. Os espanhóis ficaram assim como que “engarrafados” no Vale dos Perdigais, com a agravante de que os 4,000 prisioneiros portugueses que seguiam na vanguarda desta coluna, ao verem esboçar-se a vitória a favor dos seus compatriotas a evolução da batalha, voltaram-se contra os espanhóis, retirando-lhes as armas que puderam e começando a combater contra eles.

A multidão de soldados e acompanhantes que vinham na rearguarda da coluna espanhola, e que pretendiam pôr-se a salvo, esbarravam com os que vinham da vanguarda atropelando-se mutuamente.

Até descer a escuridão dessa noite, batalhou-se arduamente, tendo-se mais uma vez provado a valentia da infantaria e cavalaria portuguesa. A parte final dos combates verificou-se ao longo da referida “estrada estreita e profunda”, ou seja, no Vale dos Perdigais e na planície do Ameixial. Com efeito, a cavalaria e a infantaria portuguesas atacaram ao longo dessa área a extensa coluna de carros e carruagens espanholas, que se movimentavam escoltadas por infantaria, mas sobretudo pela cavalaria espanhola. Por este motivo se colocou originariamente na planície do Ameixial o padrão evocativo desta Batalha.

Apenas com o raiar do sol do dia seguinte, foi possível ver toda a extensão deixada no terreno pela Batalha, tanto nos vales, como nos diferentes montes e colinas.

A vitória portuguesa foi esmagadora, tendo os espanhóis sido completamente desbaratados, deixando no campo 4,000 mortos, 2,500 feridos e 6,000 prisioneiros. Entre os prisioneiros figuravam 4 generais de cavalaria, 1 grande de Espanha, 11 titulares e um grande número de cavaleiros da melhor nobreza espanhola. Os restantes militares espanhóis fugiram desordenadamente para Arronches, onde tinham uma pequena guarnição e posteriormente para Espanha, deixando no campo de batalha preciosos documentos secretos e importantes segredos de Estado.

Do espólio apreendido fazia parte a secretária de D. João de Áustria. Entre os documentos aí encontrados, surgiram várias cartas de cavaleiros portugueses que ofereciam os seus préstimos ao rei de Espanha, como sucedeu com o mestre de campo Francisco da Silva de Moura, que na Batalha do Ameixial comandava um terço do exército português. Com efeito, sob um pretexto fútil, não quisera avançar com o seu terço no assalto á Serra Murada. O Conde de Vila Flor, depois de ter lido esta correspondência, ordenou que fosse feito prisioneiro e enviado para Lisboa montado num burro carregado de ferros. Permaneceu aí na prisão por vários anos.

Foram apreendidos ao exército espanhol nomeadamente 18 canhões, 2,811 cavalos, 5,000 carruagens muitas delas com ouro e prata, 6,000 bois, 8,000 mulas, 6,000 granadas, 3,000 balas de artilharia, 2 coches de Príncipe e 25 coches particulares.

O exército português sofreu aproximadamente 1,000 mortos entre os portugueses, trezentos mortes entre os franceses e cinquenta mortes entre os ingleses.

Com a fuga do exército inimigo, impunha-se expulsar de Évora a guarnição castelhana. O cerco teve início em 17 de Junho, tendo provocado a rendição da guarnição espanhola uma semana depois. Évora voltava a estar libertada.

Consequências da Batalha:

A Batalha do Ameixial foi fundamental para que Portugal se mantivesse como Portugal e tivesse chegado ao séc. XXI, como País independente. Com efeito, esta Batalha insere-se numa forte ofensiva espanhola, no sentido de conseguir retomar o País perdido.

O resultado desta Batalha teve importante significado e consequências para os dois lados. Para Portugal, a Batalha do Ameixial foi a mais importante vitória militar da Restauração, pois ela resolveu possivelmente a única situação extremamente perigosa que Portugal enfrentou durante o período de 1640 a 1668. A Batalha do Ameixial passou à história como uma das mais violentas e esforçadas, mas também das mais gloriosas nas Guerras da Restauração. Para Espanha, esta Batalha contribuiu para que crescentemente alastrasse a convicção, nomeadamente na Corte e na nobreza espanhola, de que seria praticamente impossível a submissão de Portugal pelas armas, e que portanto seria inútil o prosseguimento da luta.

No plano internacional, a vitória portuguesa no Ameixial convenceu cada vez mais a França e a Inglaterra de que seria desejável o estabelecimento de um tratado de paz entre Portugal e Espanha. Para a França, a independência de Portugal relativamente a Espanha, contribuiria para assegurar a hegemonia europeia que a Guerra dos Trinta Anos lhe concedera; Para a Inglaterra, a divisão entre Portugal e Espanha, favoreceria o aumento do seu poderio naval e facilitaria a sua expansão ultramarina.

É assim possível afirmar que com a inequívoca vitória portuguesa na Batalha do Ameixial, terminou uma das maiores ameaças à restauração da independência portuguesa e se abriu o caminho à existência de um País livre.